

NESTA EDIÇÃO: BIOGRAFIA DE PAULO NAKANDAKARE



Informativo da Divisão de

# Acervo Histórico

ano II – nº 5 – janeiro/fevereiro de 2016

Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo



TECNOLOGIA  
A SERVIÇO DA MEMÓRIA

## Editorial

Ao longo do ano que passou, este Informativo relatou as diversas ações desta Divisão de Acervo Histórico, todas com o objetivo de preservar nossos documentos e difundir nossa história. Além de nossa atividade primeva, narrada no artigo *180 Anos da Assembleia Legislativa: restauro e preservação de nossa documentação*, a Divisão participou de várias iniciativas importantes para a divulgação da história do Parlamento Paulista. Entre estas, podemos citar a elaboração do conteúdo histórico da exposição *Cenários*. Através de fotos e documentos, ela nos revela parte da história do interior paulista. Também apoiamos a Edição Comemorativa do Parlamento Jovem Paulista que, este ano, reportou-se à época do Império, em homenagem ao aniversário da ALESP. Nesta edição, no artigo *Irradiação preserva memória e patrimônio cultural*, destacamos a parceria com o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares da Universidade de São Paulo. A parceria permitiu a higienização de nossa documentação, através de método inovador do Cobalto 60. Na seção *Documento em Foco*, chamamos a atenção para a primeira ata do Conselho Geral da Província, instituição que deu origem à atual Assembleia. E, também, concluímos o registro dos deputados cassados pela ditadura militar com a biografia de Paulo Nakandakare. Boa leitura.



## Expediente

**Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo**

**Presidente:** Fernando Capez

**1º Secretário:** Enio Tatto

**2º Secretário:** Edmir Chedid

**Secretário Geral Parlamentar**

Rodrigo Del Nero

**Secretário Geral de Administração**

Augusto Eduardo de Souza Rossini

**Departamento de Documentação e Informação**

Rodrigo Tritapepe

**Divisão de Acervo Histórico**

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

**Coordenação editorial**

Mônica Cristina Araujo Lima Horta

**Projeto gráfico e diagramação**

Jair Pires de Borba Junior (Gráfica da Alesp)

**Textos**

Mônica Cristina Araujo Lima Horta;

Silmara de Oliveira Lauer.

**Colaboradores**

Maurícia Fávoro; Marcos Woelz; Roseli Bittar; Sônia

Bauer; Silmara de Oliveira Lauer; Thaís Santos Pereira;

Thalita Ruotolo Gouveia.

**Estagiários**

Bianca C. Nunes; Bruno Pereira; Juliana Ramos Derato;

Naiara do Rosário; Nathália S. Siveri.

**Telefones:** (11)3886-6308/6309

**E-mail:** [acervo@al.sp.gov.br](mailto:acervo@al.sp.gov.br)

**Site:** [www.al.sp.gov.br/acervo-historico](http://www.al.sp.gov.br/acervo-historico)

**Tiragem:** 300 exemplares



O Pátio do Colégio, primeira sede do Legislativo Paulista, retratado por Militão Augusto de Azevedo em 1862.

# 180 Anos da Assembleia Legislativa: restauro e preservação de nossa documentação

A Divisão de Acervo Histórico realizou ao longo de 2015, aniversário de comemoração dos 180 anos do Parlamento Paulista, variadas atividades voltadas para preservação, difusão e pesquisa de sua documentação histórica. As iniciativas mais importantes foram a reorganização, higienização e catalogação dos documentos sob sua guarda. A iniciativa mais importante foi a higienização, com uso de tecnologia de ponta, de todos os documentos e livros. O trabalho foi realizado pelo Instituto de Pesquisa Energética e Nuclear, da Universidade de São Paulo (ver texto a seguir). Também foram feitos investimentos na compra de equipamentos de segurança para manuseio dos documentos e para a renovação do suporte material do conjunto de documentos referente à Primeira República (1889-1930). O material do período em que a Assembleia Legislativa foi bicameral tem alto valor histórico, por isso estão sendo trocadas as pastas e caixas de arquivo e foram adquiridos papéis especiais para a guarda desta frágil documentação.

Ainda priorizando o tratamento da documentação física do Acervo, foi também realizada a catalogação dos processos relativos à Comissão da Medalha, facilitando a disponibilização ao público do Inventário Analítico da documentação de 32. A honraria era destinada a condecorar os que lutaram a favor de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 32 contra o governo de Getúlio Vargas e seus aliados. O conflito, deflagrado na data de 9 de julho, foi encerrado em 2 de outubro. O nome do Palácio que abriga a Alesp se origina deste evento histórico. Antes do Inventário, a documentação estava organizada apenas em torno da classificação do nome do agraciado com a Medalha associado ao número do processo correspondente produzido pela Comissão. A descrição do conteúdo de cada processo, da documentação anexada, não existia antes do Inventário. A partir de agora, pode-se associar cada combatente ou homenageado à cidade de origem, dados biográficos e documentação pessoal remanescente.

Também em 2015, a documentação produzida em suporte físico nas audiências da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo Rubens Paiva passou a compor a base de dados do Acervo. A Comissão foi criada pela Resolução n. 879, de 10 de fevereiro de 2012. Seu objetivo foi “efetivar, em colaboração com a Comissão Nacional da Verdade, o direito à memória e à verdade histórica e promover a consolidação do Estado de Direito Democrático, em relação às graves violações de direitos humanos ocorridas no território do Estado de São Paulo ou praticadas por agentes públicos estaduais (...)” (art. 1º da Resolução). A Comissão encerrou seus trabalhos em 14 de março e, após a entrega da massa documental, o Acervo procedeu a sua organização e catalogação.

Além do tratamento documental, também foi feito levantamento estatístico do uso da documentação do Acervo com o objetivo de pesquisa acadêmica. Nosso propósito era compreender o uso dos documentos na produção de teses, livros, artigos etc. e mapear áreas de interesse e temáticas preponderantes na historiografia atual sobre o Estado de São Paulo. O procedimento contribuiu para o estreitamento das relações do Acervo com diversos pesquisadores da área e o aprimoramento do trabalho da própria Divisão de Acervo Histórico. Entrevistas com historiadores foram publicadas em edições deste Informativo.



**ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA  
180 ANOS 1835  
2015**

# Irradiação preserva memória e patrimônio cultural

*Livros da ALESP são recuperados de infestação através de tecnologia do IPEN*

## Tratamento da documentação com Radiação Gama com fonte de Cobalto-60

Desde 8 de agosto de 2015, o Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) tem realizado, a pedido da Assembleia Legislativa de São Paulo, o tratamento por irradiação de parte de seu acervo histórico.

Os acervos de livros danificados foram tratados e recuperados, sem nenhum custo para a ALESP, pelo Irradiador Multipropósito de Cobalto-60, que extermina os organismos responsáveis pela deterioração desses materiais. O procedimento é feito no Centro de Tecnologia das Radiações (CTR) do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – IPEN.

**Pablo Vasquez**, professor doutor, é responsável pela linha de pesquisa e aplicação da radiação

ionizante para preservação de bens culturais no IPEN, onde é pesquisador e orientador da pós-graduação. Graduado em engenharia química pela EPUSP, com doutorado em ciências (USP/Washington University-EUA), desenvolveu seu pós-doutorado no IPEN.

## A irradiação de materiais – tecnologia a serviço da preservação

O desenvolvimento do sistema de irradiação e do próprio irradiador multipropósito de cobalto-60 tipo compacto, do IPEN-CNEN/SP, com financiamento da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, foi requisito fundamental para se viabilizar as aplicações das radiações em processos industriais, contribuindo para a atualização tecnológica no País, a otimização dos processos produtivos e o



Irradiador Multipropósito de Cobalto-60

aumento da competitividade dos produtos nacionais.

Tratou-se de projeto inteiramente nacional e inédito, em muitas de suas características, o qual adota os mesmos critérios rigorosos do mais tradicional fabricante de irradiadores do mundo, a MDS Nordion Ion Technologies, no Canadá.

A maior aplicação deste processo está na possibilidade de se alcançar um controle da contaminação microbiológica. Isto é, podemos obter a esterilização de um produto, que é a ausência de microorganismos, ou a desinfestação, que é a redução do número de microorganismos até um nível compatível com sua utilização final.

A disponibilidade da fonte de Cobalto-60 permitiu a ampliação do tema da pesquisa a outros campos de interesse científico e tecnológico, tais como física e química das irradiações, radioesterilidade industrial e irradiação de alimentos, por exemplo.

Dentre as principais aplicações podemos citar a esterilização de produtos médicos e farmacêuticos e de tecidos biológicos para implantes cirúrgicos, aumento do prazo de validade de alguns alimentos, beneficiamento de pedras preciosas, tratamento de efluentes industriais, esgotos domésticos e lodos e controle de disseminação de fungos e insetos eliminando ovos, larvas ou insetos adultos em frutas, sementes, flores e folhas.

### **A conservação de acervos**

A radiação ionizante vem sendo utilizada há cerca de 40 anos em diversos países para desinfetar e conservar bens do patrimônio histórico, artístico e cultural e documentos diversos. Um dos casos de maior repercussão foi a múmia do faraó egípcio Ramsés II, encontrada no final do século XIX e irradiada em Paris, em 1975.

A preocupação com a conservação dos acervos culturais, fontes históricas responsáveis pela construção e preservação de memórias, é um dos desafios para os profissionais das instituições responsáveis por sua guarda.

Os papéis e documentos gráficos são diariamente afetados por agentes biológicos, químicos e físicos. Dentre os agentes biológicos, os fungos

e os insetos são os grandes responsáveis pelos maiores danos dos materiais, provocando a sua deterioração e destruição.

Os métodos tradicionais de controle consistem na fumigação dos acervos e, apesar da eficiência, a aplicação desses gases tem sido cada vez mais restringida e controlada pela elevada toxicidade, inflamabilidade, efeitos cancerígenos, efeito residual, poluição ambiental e prejuízos em algumas propriedades dos materiais tratados.

Além de prolongar sua vida, a esterilização dos materiais com raio gama dispensa o uso de aditivos, preservativos químicos e fumigações, tornando-os isentos de microorganismos indesejáveis.

No Brasil, o uso da tecnologia de irradiação na área de bens culturais teve início em 2001. O primeiro trabalho de repercussão foi a irradiação, em 2005, de parte do acervo que pertenceu ao Banco Santos que, danificado por uma inundação, começou a se degradar devido à ação de fungos. A radiação gama foi sugerida como uma alternativa segura e efetiva para o seu tratamento, uma vez que é largamente utilizada com elevada eficiência na redução da carga microbiana ou eliminação de infestação de pragas em produtos médicos, alimentos, produtos farmacêuticos e produtos agrícolas, sem deixar nenhum resíduo tóxico.

### **Entenda o procedimento**

Trata-se de um processo de alta confiabilidade, simplicidade e custo competitivo quando comparado com outros processos, pois permite irradiar, de forma homogênea, volumes relativamente grandes.

A manipulação dos objetos é mínima e não há período de quarentena, ou seja, após a irradiação pode-se manusear os livros e outras peças, pois não há efeitos tóxicos derivados de produtos químicos remanescentes ou radioativos.

O cobalto-60 é um metal, e fica imerso em uma piscina com água a 7 metros de profundidade. A água funciona como isolante, fazendo com que o ambiente dentro da máquina não fique exposto às doses inadequadas de radiação, além de ser transparente, o que possibilita refletir o que está

no fundo. Somente após a máquina ser ligada é que as placas de cobalto-60 sobem até a superfície e a irradiação atinge o nível desejado.

O processamento de materiais se dá em sua embalagem final, que pode ser plástico ou papel, sem necessidade de exposição ao meio ambiente.

O material é colocado dentro de recipientes de alumínio e estes colocados numa esteira, cujo trajeto faz com que eles sejam submetidos à ação de uma fonte radioativa de cobalto-60 durante o tempo fixado para atingir a dose necessária. A radiação atua penetrando o material e atacando o DNA dos insetos ou fungos, causando sua morte celular.

“A eliminação dos microorganismos indesejados não danifica o material tratado”, garante o pesquisador Pablo Vasquez, coordenador do irradiador Multipropósito 60-Co” e “o uso prévio da radiação ionizante também protege a saúde dos profissionais que trabalham na restauração de bens culturais, pois impede que fiquem expostos a fungos e microorganismos danosos”, completa.

Dentre outras vantagens do tratamento desses acervos pela radiação gama, podemos citar a escala industrial, a alta velocidade, a eficiência técnica que se obtém, como, por exemplo, maior resistência dos materiais irradiados e também os custos mais baratos.

## Utilizações recentes da irradiação ionizante no tratamento e recuperação de acervos

Um exemplo recente do trabalho realizado pelo CTR com a radiação ionizante no tratamento, recuperação e conservação de documentos, livros antigos, quadros e outros objetos de valor histórico e cultural danificados consistiu na recuperação de grande parte dos documentos arquivados nos prédios públicos de São Luis do Paraitinga, estância turística do interior de São Paulo atingida por uma enchente, tais como prontuários de identificação, contratos, processos de aposentadoria, contaminados por fungos e bactérias provenientes da inundação.

Através de uma parceria entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e o Arquivo Público de São Paulo, os documentos degradados foram encaminhados ao Instituto para serem tratados e recuperados pela tecnologia de irradiação. O procedimento foi realizado no Irradiador Multipropósito de Cobalto-60 do Centro de Tecnologia das Radiações do IPEN.

A radiação ionizante também tratou de livros da Biblioteca da Escola de Comunicação e Artes, do Instituto de Química e do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo. O processo também foi aplicado em parte do arquivo da Biblioteca Mário de Andrade, do Centro Cultural São Paulo, assim com em obras de arte do Museu Afro Brasil e Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM).

## Documento em foco

A seção DOCUMENTO EM FOCO apresentará ao longo do ano alguns documentos produzidos pelo Conselho Geral da Província de São Paulo (1828-34), órgão que antecedeu à Assembleia Legislativa.

### O CONSELHO PROVINCIAL

Os conselhos gerais de província foram criados através do artigo 71 da Constituição de 1824, que definiu o arcabouço jurídico do Império. As províncias foram transformadas em unidades administrativas, governadas por presidentes,

nomeados pelo Governo Central. Os conselhos gerais podiam elaborar proposta de orçamento e de leis, mas eram apenas consultivos. A deliberação final das propostas dos conselhos cabia à Câmara Geral do Império, órgão do governo central, detentora do poder legislativo. Os conselhos de província eram formados por 21 membros com mandato bianual.

O Informativo do Acervo Histórico apresenta o fac-símile e a seguir a transcrição de ata da eleição do Conselho Geral da Província de São Paulo.

Cópia autêntica da Acta da apuração geral dos Votos para o Conselho Geral desta Província

Nos dias de hoje, domingos de Agosto de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independencia, e do Imperio, nesta Imperial Cidade de São Paulo em Casas da Camara e Paços do Conselho della, sendo ahi reunida a Camara com Presidencia do Doutor Luiz de Souza José Correa Pacheco silveira, para effeito de se declarar os Membros do Conselho geral desta Província de São Paulo, segundo a pluralidade de votos devotos em conformidade da Acta geral que se lavrou sobre esta matéria, com to das as formalidades determinadas pelas Instruções de 26 de Outubro de noventa e seis, e contando-se desde o numero maximo até completar-se o numero de vinte e hum Membros seguem amente, os quaes são os seguintes.

O Tenente Coronel Raphael Tobias de Aguiar	185
O Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão	169
O Coronel Francisco Ignacio de Souza e Silva	167
O Capitão Mór João Baptista de Silva Barros	160
O Vigario João Chaves, outeiro de Oliveira Salgado	120
O Coronel Luiz Antonio Naves de Carvalho	119
O Vigario João Gonçalves Lima	117
O Doutor Manoel Joaquim de Ornellas	117
O Coronel Bernardo José Pinto Garcia	116
Luiz Antonio Pinto de Sá Libas	116
O Vigario José Gonçalves Silva	109
O Capitão Mór Claudio José Machado	108
O Capitão Antonio Bernardo Bueno da Veiga	104
O Tenente Mór Manoel José da Costa	104
O Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Lima	100
O Padre Valério de Azevedo Ferris	98
O Doutor Vigario Capitão Manoel Joaquim Gonçalves de Sousa	97
O Padre Diogo Antonio de São José	96
O Padre Mestre Manoel Joaquim de Almeida Furgel	93
O Capitão Antonio Paes de Barros Pintado	92
O Coronel Antonio José de Albuquerque e Sá Paço	89

Os quaes todos foram publicados por minha Escrivão desta Camara, e por esta forma se houve esta apuração por fim da dos Membros do Conselho geral desta Província, segun para constar se lavrou esta termo, que assigno a Camara e Elito-

Cópia autêntica da ata da apuração geral dos votos para o Conselho Geral desta província.

Elitores presentes, e em Manuel Bandido de Toledo Geri-  
vas da Camara, e envi = Jose Lorna Pacheco Silve-  
Pridente = Antonio Bernardo Buño da Veiga, Verador =  
Antonio da Silva Prado, Verador = Francisco Pinto  
Sousa, Filho, Verador = José Rodrigues de Camargo  
Pereira, Procurador = Ollitor Manuel Joaquim de  
Orellana = Ollitor Joaquim José de Moraes e Abreu  
= Ollitor Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade =  
= Ollitor Antonio Joaquim da Silva Pereira = Ollitor  
Antonio Joaquim da Silva = Ollitor José de Ca-  
theira Figueira de Abreu = Ollitor Bernardo  
José Pinto Garças Ribeiro = Ollitor Antonio  
José Gar = Ollitor Manuel Joaquim do Arno-  
val Gurgel.

Está conforme. São Paulo 28 de Novembro  
de 1878.

Gerivas da Camara

Manuel Bandido de Toledo



De off. dos Conselheiros a q' esta se refere  
se acha no mesmo conto.

FCGP PD 28 243

Com cumprimento da Carta de Lei de 27 de Agosto  
de 1791. transmittimos a V. S.ª por copia autente  
da Acta Geral da apuração final dos votos  
para Membros do Conselho Geral desta Provincia.  
além assim hum esclarecimento dos Conselheiros  
aqueum redigidos Diplomas, e hum declaração dos  
membros, e de quem por doentes não accitaram,  
cujos Offícios dirigidos a esta Camara, V. S.ª a-  
clarará incluy para ser em prontes ao Con-  
selho.

Dada em V. S.ª São Paulo 28 de Setembro  
de 1798.

Officio do Secretario do Conselho  
Geral desta Provincia.

João Paulo de S. Paulo  
Ant. Com. T. N.º 1  
José Rios Velho e O.º  
Antonio Justiniano de Souza

Copia authentica da Acta da apuração geral dos votos para o Conselho Geral desta Província.

Aos dezoito dias do mes de Agosto de mil oitocentos e vinte e quatro, terceiro da Independencia e do Império, nesta Imperial Cidade de São Paulo em Casas da Câmara e Paços do Conselho della, sendo ahi reunida á Camara com Presidencia do Doutor Juiz de Fora Jose Correa Pacheco e Silva, para effeito de se declarar os Membros do Conselho geral desta Provincia de São Paulo, segundo a pluralidade relativa de votos em conformidade da Acta geral que se Lavrou sobre esta Eleição, com todas ás Formalidades determinadas pelas Instrucçoens de 26 de Março do presente ano, contando-se desde o numero maximo até completar-se o numero de vinte hum Membros seguidamente, os quais são os seguintes:

O Tenente Coronel Raphael Tobias de Aguiar . . . . .	185
O Brigadeiro Manuel Rodrigues Jordão . . . . .	169
O Coronel Francisco Ignácio de Souza Queiros. . . . .	167
O Capitão Mór João Baptista da Silva Passos. . . . .	160
O Vigário João Chrysostomo de Oliveira Salgado . . . . .	120
O Coronel Luiz Antonio Neves de Carvalho. . . . .	119
O Vigário João Gonçalves Lima . . . . .	117
O Doutor Manuel Joaquim de Ornellas . . . . .	117
O Coronel Bernardo José Pinto Gavião . . . . .	116
Lourenço Pinto de Sá Ribas. . . . .	116
O Vigário José Gonçalves Silva . . . . .	109
O Capitão Mór Claudio José Machado . . . . .	108
O Capitão Antonio Bernardo Bueno da Veiga. . . . .	104
O Sargento Mór Manuel José da Costa . . . . .	104
O Brigadeiro Joaquim José Pinto de Moraes Leme . . . . .	100
O Padre Valério de Alvarenga Ferreira. . . . .	98
O Doutor Vigario Capitular Manoel Joaquim Gonçalves de Andre . . . . .	97
O Padre Diogo Antonio Feijó. . . . .	96
O Padre Mestre Manoel Joaquim do Amaral Gurgel . . . . .	93
O Capitão Antonio Paes de Barros Pentiado. . . . .	92
O Coronel Antonio José de Macedo SãoPayo . . . . .	89
Os quais todos foram publicados por mim Escrivão desta Camara, e por esta forma se houve ésta apuração por finda dos Membros do Conselho geral desta Província, de que para constar se lavrou este termo, que assigna a Camara e Eleitores	

Eleitores presentes; e eu Manuel Benedicto de Toledo Escrivão da Camara a escrevi = José Correa Pacheco Silva, Presidente = Antonio Bernardo Bueno da Veiga, Vereador = Antonio da Silva Prado, Vereador = Francisco Pinto Ferras, Filho, Vereador = João Rodrigues de Camargo Peres, Procurador = O Eleitor Manoel Joaquim de Ornellas = O Eleitor Joaquim José de Moraes Abreu = O Eleitor Manuel Joaquim Gonçalves de Andrade = O Eleitor Antonio Joaquim de Abreu Pereira = O Eleitor Antonio Joaquim da Silva = O Eleitor José Mathias Ferreira de Abreu = O Eleitor Bernardo José Pinto Gavião Peixoto = O Eleitor Antonio José Vaz = O Eleitor Manuel Joaquim do Amaral Gurgel.

Está conforme. São Paulo 28 de Novembro de 1828.

O Escrivão da Camara.

Manuel Benedicto de Toledo.

Relação dos Snr.<sup>es</sup> Conselheiros a quem se dirigirão Diplomas com os competentes Offícios

Presente na Cid.<sup>e</sup> . O Sr. Tenente Coronel Raphael Tobias de Aguiar

Iguape . O S.<sup>r</sup> Vigário João Chrysostomo de Oliveira Salgado

Paranahiba, e q.<sup>e</sup>

não aceitou p.<sup>r</sup> doente – Sr. Vigário João Gonçalves Lima

S.<sup>ta</sup> Ifigenia - O S.<sup>r</sup> Coronel Bernardo José Pinto Gavião

Presente na Cid.<sup>e</sup> – O S.<sup>r</sup> Lourenço Pinto de Sá Ribas

Jacarehí – O S.<sup>r</sup> Capitão Mór Claudio José Machado

Guaratinguetá – O S.<sup>r</sup> Sarg.<sup>mor</sup> Manuel José da Costa

Penha – O S.<sup>r</sup> Cap.<sup>m</sup> Antonio Bernardo Bueno da Veiga

Parahibuna O S.<sup>r</sup> P.<sup>e</sup> Vallério de Alvarenga Ferreira

Cid.<sup>e</sup> – O Ex.<sup>mo</sup> R.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Bispo Manoel Joaquim Gls. d' Andr.<sup>e</sup>

Itu – O S.<sup>r</sup> P.<sup>e</sup> Diogo Antonio Feijó

Cid.<sup>e</sup> – O S.<sup>r</sup> P.<sup>e</sup> M.<sup>e</sup> Manoel Joaquim do Amaral Gurgel

Itu – O S.<sup>r</sup> Cap.<sup>m</sup> Antonio Paes de Barros Penteadado

Cunha – O S.<sup>r</sup> Coronel Antonio José de Macedo SamPayo

Ó – O S.<sup>r</sup> Coronel Anastacio de Freytas Trancoso

Cid.<sup>e</sup> – O S.<sup>r</sup> Cap.<sup>mor</sup> Eleutério da Silva Prado

Santos, e q.<sup>e</sup> não aceitou p.<sup>r</sup> doente – O S.<sup>r</sup> Ten.e General [?]

Candido X.<sup>er</sup> de Almd.<sup>a</sup> Sz.<sup>a</sup>

Pindamgb.<sup>a</sup> – O S.<sup>r</sup> P.<sup>e</sup> Ignacio Marcondes de Oliveira Cabral

Taibaté – O S.<sup>r</sup> Cap.<sup>mor</sup> Victorianno Moreira da Costa

Arias – O S.<sup>r</sup> R.<sup>do</sup> Vigr.<sup>o</sup> Antonio José Pinto  
Cid.<sup>c</sup> - O S.<sup>r</sup> Coronel Joaquim José de Moraes Abreu  
Cid.<sup>c</sup> – O S.<sup>r</sup> Sarg.<sup>mor</sup> José Manoel da Lus Supplente  
Cid.<sup>c</sup> - O S.<sup>r</sup> Brigadr.<sup>o</sup> Joaquim Marianno Galva D.<sup>o</sup>

### B.

Não se passarão diplomas às pessoas seguintes pelas razões abaixo declaradas

O Brigadr.<sup>o</sup> Manoel Rodrigues Jordão – Morto  
O Cor.<sup>el</sup> Francisco Ign.<sup>co</sup> de Ss.<sup>a</sup> Queiros – Aus.<sup>c</sup>  
O Cap.<sup>mor</sup> João Baptista Passos – Morto  
O Cor.<sup>el</sup> Luis Antonio Neves de Carvalho –

Doente

O S.<sup>r</sup> D.<sup>or</sup> Manoel Joaquim de Ornellas – Imped.<sup>o</sup>

O Brigadr.<sup>o</sup> Joaquim José Pinto – Doente  
O P.<sup>c</sup> Fran.<sup>co</sup> Moreira da Costa – Morto

São Paulo, 28 de Novembro de 1828

O Escrivão da Camara  
Manuel Benedicto de Toledo

Os Off.<sup>os</sup> dos Conselher.<sup>os</sup> á q.<sup>e</sup> este se refere se achão no masso comp.<sup>te</sup>

Em cumprimento da Carta de Lei de 27 Agosto pp.<sup>o</sup> transmittimos a V. S.<sup>a</sup> por copia autentica a Acta Geral da apuração final dos Vótos para Membros do Conselho Geral desta Província, bem assim hum esclarecimento dos Conselheiros á quem se dirigirão Diplomas, com Declaração dos mórto e os que por doentes não accetarão; cujos Offícios dirigidos a esta Camara V. S.a achará incluso para serem presentes ao Conselho.

D.<sup>s</sup> g.<sup>e</sup> a V. S.<sup>a</sup> São Paulo 28 de Novembro de 1828.

Il.<sup>mo</sup> S.<sup>r</sup> Secretário do Conselho Geral desta Província

Fran.<sup>co</sup> de Paula X.<sup>er</sup> de Toledo  
An.<sup>to</sup> Card.<sup>o</sup> [?] Nogr [?]  
José Roiz Vellozo Ol.<sup>a</sup>  
Antonio Justiniano de Souza

## Parlamento Jovem lembrou 1835, ano de instalação da Assembleia Paulista

*Confira a parceria inédita entre o Acervo Histórico e o Parlamento Jovem Paulista*



A Divisão de Acervo histórico integrou a equipe de organização da edição comemorativa do Parlamento Jovem, que ocorreu nos dias 5 e 6 de novembro de 2015. O Parlamento Jovem foi instituído pela Resolução 798/99, com a finalidade de “possibilitar aos alunos de escolas públicas e particulares a vivência do processo democrático mediante participação em uma jornada parlamentar na Assembleia Legislativa, com diplomação e exercício do mandato.” A edição de 2015 promoveu uma verdadeira “viagem no tempo”. Voltou ao ano de 1835, data em que a Assembleia Legislativa da então Província de São Paulo foi instalada (2 de fevereiro). Criada pelo Ato Adicional de 1835, a Assembleia assumiu desde aquele primeiro momento a função de melhorar a infraestrutura, a qualidade de vida e os serviços públicos oferecidos aos paulistas.

Os participantes da edição de 2015 elaboraram projetos de lei que auxiliariam a população do século XIX. Além de contar um pouco da

história de São Paulo, a intenção foi propiciar aos jovens a experiência de criar modelos de leis que poderiam ter sido apontados naquela época, mas que também fariam diferença nos dias de hoje. Nessa edição, participaram apenas estudantes do ensino médio (1º ao 3º anos), somando ao todo 36 deputados jovens (equivalente ao número de parlamentares da época do Império).

Os jovens deputados foram divididos entre cinco partidos, mesma estrutura da época do Império. Esta legislatura foi composta pelos partidos da Saúde, da Educação, da Cultura, da Infraestrutura, das Finanças, da Natureza e das Questões Sociais. Desde a primeira edição do Parlamento Jovem, em 1999, os estudantes paulistas experimentam, por um dia, o que significa ser um parlamentar. Deste modo, não apenas eles, mas todos os familiares e profissionais da educação se envolvem na atividade e (re)descobrem a importância do Legislativo em suas vidas.



## Compromisso com a memória



Paulo Nakandakare

Na última biografia da série de deputados cassados, tratamos nesta edição de Paulo Nakandakare, o primeiro deputado nikkei que chegou ao parlamento paulista com posições políticas à esquerda. Foi um entusiasta das reformas de base. Após a instalação do governo militar, em 31 de março de 1964, defendeu a volta à ordem constitucional democrática e manteve-se na oposição ao regime militar. Sua trajetória na Assembleia foi objeto do livro *Os Nikkeis na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo*, publicado pelo Acervo Histórico em 2008, a partir do qual adaptou-se o texto e acrescentaram-se alguns trechos do discurso que recebeu como homenagem póstuma.

### Biografia de Paulo Nakandakare

Paulo Nakandakare nasceu em Itariri, cidade do litoral sul de São Paulo, no dia 12 de março de 1923. Em 1951, fundou a Empresa Paulista de Navegação, Indústria e Comércio de Santos e foi eleito vereador da Câmara Municipal de Santos, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em decorrência de sua atuação em várias entidades de comerciantes, fundou e presidiu a Cooperativa Paulista dos Bananicultores, em 1955. Mudou-se em 1956 para Porto Alegre, onde ocupou-se exclusivamente do comércio até 1958. Em 1958, voltou a São Paulo e concorreu a uma vaga na Assembleia Legislativa, ficando na suplência do PTB. Paulo Nakandakare

foi eleito deputado estadual em 1962 e reeleito em 1966 pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), no entanto, em 1969, teve seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos por dez anos. Voltou às atividades comerciais. Faleceu seis anos mais tarde, em 1975.

### Radicalização política em março de 1964

Entre os pronunciamentos do deputado Paulo Nakandakare, chama a atenção a série de discursos que registrou a conjuntura imediatamente anterior a 31 de março de 1964 e o novo quadro político que se instalou a partir de abril daquele ano. Em um longo discurso, realizado em 16 de março de 1964, o deputado destacou a realização do famoso Comício da Central do Brasil, que aconteceu no dia 13 desse mesmo mês, no Rio de Janeiro. Na ocasião, o presidente João Goulart anunciou o início da implantação das polêmicas reformas de bases. Algumas dessas propostas já tinham sido rejeitadas pelo Congresso Nacional nos anos anteriores. Isso levou o presidente a mudar de estratégia, buscando o apoio popular para aprovar tais medidas.

O Comício da Central do Brasil foi apenas o primeiro ato de uma série de mobilizações programadas para as cidades de Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte e São Paulo. Nessa última, os organizadores pretendiam reunir 1 milhão de pessoas, no dia 1.º de maio. Ainda nesse discurso, Nakandakare ressaltou a expressiva repercussão que a mobilização pró-reformas alcançou: “jornais insuspeitos calculam que cerca de 200 mil pessoas, que comungam com os homens do Partido Trabalhista Brasileiro (inclusive paulistas que lá foram)” deram seu apoio às reformas de base, apesar dos diversos obstáculos interpostos pelo governador da Guanabara, Carlos Lacerda, da UDN, “para o não comparecimento do operariado ao comício”, decretando, por exemplo, ponto facultativo e impedindo o livre acesso de veículos ao local.

Logo em seguida, o parlamentar registrou seu testemunho e reafirmou seu apoio às novas propostas: “Nós que assistimos àquele

comício sentimo-nos confortados de ver que a posição que assumimos, no ano passado, nesta Assembleia Legislativa, está em consonância com as reivindicações do povo brasileiro”, e mais, “sentimo-nos reconfortados porque ouvimos do sr. presidente da República a afirmação de que fará tudo o que estiver ao seu alcance para atender aos trabalhadores”. Tratando das medidas anunciadas pelo presidente naquela manifestação, o deputado destacou a questão da reforma agrária, um dos temas mais explosivos naquela conjuntura.

Continuando, Nakandakare disse ser o presidente herdeiro de Getúlio Vargas, seguidor da cartatamento – que não recuaria em suas afirmações e que “há de dar até o último alento de sua vida” para que as recomendações da Carta sejam cumpridas. Nakandakare também criticou a mobilização dos opositores às reformas de base e discordou da resolução do presidente da ALESP, deputado Cyro Albuquerque, do Partido Social Progressista (PSP), de convocar uma reunião nacional das Assembleias, proposta pelo deputado Pinheiro Junior, do PSD-PSP. Afirmou: “As classes conservadoras que aqui espezinham e exploram a classe trabalhadora podem promover congressos desse tipo, em luxuosos hotéis, sem que seus ônus caiam sobre o poder público”. Ao final, Nakandakare cumprimentou novamente o presidente Goulart, destacou a politização das massas, fez uma convocação para o comício que seria realizado na capital em 1.º de maio e defendeu a distribuição de riquezas: “Fatos como esse hão de fortalecer o Parlamento e, sobretudo, teremos a politização das massas. E o que se fez na Guanabara há de se repetir no dia 1.º de maio em São Paulo, se Deus quiser, com maior amplitude, com maior massa e, sobretudo, se as classes conservadoras não quiserem compreender, até 1.º de maio, que algo precisa ser dado da grande fatia que têm em benefício dos pobres.”

### Apoio às reformas de base

Em 25 de março de 1964, diante das primeiras medidas adotadas por Goulart para implantação das reformas de base, Paulo Nakandakare reafirmou seu apoio e defendeu a mobilização das massas. Invocou o compromisso dos militares com o povo,

as liberdades, os direitos e a democracia: “a Nação Brasileira, mobilizada por seus interesses superiores, refletindo as necessidades e os sentimentos da imensa maioria do povo, ergue-se de Norte a Sul, em apoio à corajosa ação patriótica do presidente João Goulart. (...) De fato (...) o decreto que estabeleceu o monopólio da Petrobras sobre o refino, que, em consequência, encampou as refinarias particulares; o decreto da SUPRA, dando o primeiro passo no sentido da reforma agrária; e finalmente o que estabelece a base salarial para os aluguéis de casas de moradias, foram atos justos e felizes (...). A partir deste momento, em que as privações (...) de milhões de trabalhadores (...) convertem-se em força política, e em que as forças armadas assumem a patriótica atitude de guardiãs do mais precioso patrimônio nacional que são a vida do próprio povo, sua liberdade e seus direitos, a democracia brasileira (...) deixa de ser um jogo de interesses dos grupos privilegiados”.

### A defesa da ordem constitucional e da democracia

Após a chegada dos militares ao poder, em ousado pronunciamento realizado em 14 de abril, o deputado Paulo Nakandakare falou da eleição, pelo Congresso Nacional, do presidente Castello Branco, ocorrida no dia 11 daquele mês. O deputado defendeu a união de todos os partidos pela volta à ordem constitucional democrática. Iniciou o discurso saudando o presidente e, depois, registrou sua oposição aos extremismos: “há de marcar (...) o início de uma era de tranquilidade e de progresso (...) Sabem todos os que me ouvem da nossa luta contínua contra os extremismos



Nakandakare com João Goulart

de esquerda ou de direita em nosso país (...). A revolução vitoriosa, nas suas duas características – luta contra o comunismo e contra a corrupção – mais do que nunca – para colher seus frutos – necessita do apoio de todos os brasileiros, estejam eles à sombra de qualquer bandeira partidária (...). O PTB de São Paulo jamais teve ação comunizante ou subversiva e está perfeitamente à vontade para fazer este pronunciamento”. Em seguida, releu parte de seu discurso realizado no ano anterior, quando se cogitou a decretação do estado de sítio. Naquela ocasião, rendeu homenagens às Forças Armadas que “em 1945 teve o poder em suas mãos. Também em 1954 e 1955, quando da posse do presidente Juscelino Kubitschek, e recentemente, em 1961, quando todas as condições e ambientes eram propícios para a instalação de uma ditadura militar (...) mas o Exército (...) fez aquilo que a Constituição prescreve e o povo deseja. (...) as Forças Armadas (...) haverá de conduzir à normalidade o nosso país”. Ao encerrar, homenageou Castello Branco, com votos de que seu governo “se torne a mais autêntica expressão da democracia” (14/4/1964).

### **A crise no abastecimento**

Com essa reviravolta política, a economia apresentou grande turbulência nos meses seguintes ao movimento civil e militar de março de 1964. Paulo Nakandakare discorreu sobre a crise na distribuição de gêneros alimentícios e sobre o descontrole dos preços. O parlamentar saudou o delegado da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab), comandante Armando de Andrade, que havia adotado medidas reguladoras no abastecimento, como o tabelamento dos preços para combater os abusos. Porém, a medida não alcançou os resultados esperados. O deputado constatou: “(...) entretanto, como consequência do tabelamento, 90% dos produtos, expostos pelos lavradores nos próprios municipais, não encontrou comerciantes que os adquirissem e foi todo perdido, gerando o desabastecimento do comércio de legumes e verduras nos mercados e feiras”. O comandante Armando, imediatamente, suspendeu o tabelamento desses gêneros (28/4/1964).

### **Isenção para produtos perecíveis**

Paulo Nakandakare também atuou na defesa dos agricultores. Entre muitas iniciativas, solicitou isenções para produtores agrícolas e hortifrutigranjeiros. Apresentou moção ao presidente da República, a fim de reformular o Imposto sobre Circulação de Mercadorias, estabelecendo isenção integrada para os produtos de rápido perecimento e o cancelamento dos débitos fiscais (Moção 28/1967). Indicou ao Executivo a aquisição, através do Ceasa, da produção de banana do Vale da Ribeira (Indicação 639/1967).

### **Cassação e homenagens póstumas**

A cassação de Paulo Nakandakare ocorreu em 29 de abril de 1969, no bojo da radicalização da perseguição política, amparada juridicamente pelo AI-5. Na mesma ocasião, mais de uma dezena de outros deputados estaduais foi cassada. Sua morte em 1975 o impediu de alcançar a recuperação dos direitos políticos; na ocasião, recebeu homenagens póstumas como as dos líderes das duas bancadas existentes na casa naquele momento, bem como a do então presidente da Alesp, Vicente Botta, cujo testemunho sobre Nakandakare serve de conclusão a este artigo:

“Integrante do extinto Partido Trabalhista Brasileiro, iniciou-se nas lides políticas como defensor intransigente dos homens do campo, dedicando o maior tempo das suas atividades públicas ao exame dos fatores que sempre influíram no êxodo da população rural, pugnando pela melhoria das suas condições de vida, na fixação do homem à terra, como medida capaz de minorar os efeitos da inflação e equilibrar nossa balança comercial.

Economista, apaixonado intérprete dos ideais que acalentou no Partido Trabalhista Brasileiro e depois no MDB, do qual foi um dos líderes no Estado de São Paulo, deixa profunda lacuna entre todos os que, conhecendo sua luta e seus esforços, viram-no afastado do mundo político, arrastando insidiosa moléstia, que enfraquecia seu ânimo e sua combatividade, culminando por levá-lo do nosso convívio.”